

ENERGÉTICA SERRA DA PRATA S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020

ENERGÉTICA SERRA DA PRATA S.A.

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Energética Serra da Prata S.A.
Salvador - BA

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da Energética Serra da Prata S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Energética Serra da Prata S.A, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

Aprovação das demonstrações contábeis e destinações dos resultados de exercícios anteriores

As demonstrações contábeis da Energética Serra da Prata S.A. referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, bem como as destinações do resultado daqueles exercícios, não foram aprovadas em Assembleia Geral Ordinária, conforme previsto no artigo 132 da Lei das Sociedades Anônimas (Lei nº 6.404/76). As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e comparativa referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram preparadas no pressuposto de que apesar da ausência da aprovação em Assembleia Geral Ordinária, as demonstrações contábeis bem como as destinações do resultado daquele exercício foram aprovadas pelos acionistas.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Ênfases

Plano de Recuperação Judicial (PRJ)

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1.2, a controladora Renova Energia e determinadas controladas, protocolaram em 16 de outubro de 2019, Pedido de Recuperação Judicial, tendo ele sido deferido pelo Juízo da Recuperação Judicial da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca do Estado de São Paulo, nessa mesma data. Adicionalmente, em 18 de dezembro de 2020, os planos de recuperação judicial tiveram os seus planos aprovados em Assembleia Geral de Credores e homologados pelo Juízo da Recuperação Judicial nessa mesma data, com decisão publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 14 de janeiro de 2021. Com base na opinião de seus assessores jurídicos, bem como no seu melhor entendimento, a Administração reconheceu os efeitos contábeis do Plano de Recuperação Judicial, na data da homologação do plano. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Valores correspondentes

As demonstrações contábeis da Companhia, correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, apresentado para fins de comparação, foram examinadas, por outros auditores independentes que emitiram relatório de auditoria com modificação de opinião em 18 de setembro de 2020, quanto a ausência de aprovação das demonstrações contábeis e destinações dos resultados de exercícios anteriores.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 11 de junho de 2021.

ENERGÉTICA SERRA DA PRATA S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Em milhares de reais - R\$)

<u>ATIVO</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	6.815	85	Fornecedores		332	550
Aplicações financeiras	3	15.787	1.277	Financiamentos	9	11.929	7.858
Contas a receber de clientes	4	4.395	3.607	Tributos a recolher		213	464
Outros créditos		165	177	Dividendos a pagar	13.2	63.310	43.146
Total do ativo circulante		<u>27.162</u>	<u>5.146</u>	Arrendamento a pagar	7.1	265	213
				Partes relacionadas	8	258	1.053
NÃO CIRCULANTE				Contas a pagar Eletrobras	10	3.640	10.064
Cauções e depósitos vinculados	5	11.813	11.502	Provisão para custos socioambientais	12	1.014	1.014
Partes relacionadas	8	78.636	80.778	Outras contas a pagar	11	300	1.337
Tributos diferidos	6	1.069	933	Total do passivo circulante		<u>81.261</u>	<u>65.699</u>
Imobilizado	7	147.083	152.528	NÃO CIRCULANTE			
Total do ativo não circulante		<u>238.601</u>	<u>245.741</u>	Financiamentos	9	53.677	55.299
				Arrendamento a pagar	7.1	8.616	8.187
				Contas a pagar Eletrobras	10	12.432	12.713
				Outras contas a pagar	11	751	1.024
				Total do passivo não circulante		<u>75.476</u>	<u>77.223</u>
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO	13		
				Capital social		87.720	87.720
				Reservas de lucros		21.306	20.245
				Total do patrimônio líquido		<u>109.026</u>	<u>107.965</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>265.763</u>	<u>250.887</u>	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>265.763</u>	<u>250.887</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ENERGÉTICA SERRA DA PRATA S.A.DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Em milhares de reais - R\$, exceto lucro básico e diluído por ação)

	Nota explicativa	31/12/2020	31/12/2019
RECEITA LÍQUIDA	14	47.128	42.812
CUSTOS DOS SERVIÇOS			
Depreciações e amortizações	7	(6.150)	(6.087)
Custo de operação		(6.310)	(6.747)
Encargos de uso do sistema de distribuição		(889)	(785)
Total	15	<u>(13.349)</u>	<u>(13.619)</u>
LUCRO BRUTO		<u>33.779</u>	<u>29.193</u>
DESPESAS			
Gerais e administrativas		(3.782)	(4.995)
Outras despesas		(4)	(1.531)
Total	15	<u>(3.786)</u>	<u>(6.526)</u>
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS IMPOSTOS SOBRE O LUCRO		<u>29.993</u>	<u>22.667</u>
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras		(575)	5.444
Despesas financeiras		(6.868)	(6.528)
Total	16	<u>(7.443)</u>	<u>(1.084)</u>
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>22.550</u>	<u>21.583</u>
Imposto de renda e contribuição social - correntes		(1.387)	(2.466)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	6.1	62	(384)
Total	17	<u>(1.325)</u>	<u>(2.850)</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>21.225</u>	<u>18.733</u>
Lucro básico e diluído por ação (expressos em reais - R\$)		0,24	0,21

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ENERGÉTICA SERRA DA PRATA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Lucro líquido do exercício	21.225	18.733
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>21.225</u>	<u>18.733</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ENERGÉTICA SERRA DA PRATA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
			Reserva legal	Retenção de lucros		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018		87.720	5.796	13.512	-	107.028
Lucro líquido do exercício		-	-	-	18.733	18.733
Constituição de reserva legal		-	937	-	(937)	-
Dividendos propostos		-	-	-	(17.796)	(17.796)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	13	87.720	6.733	13.512	-	107.965
Lucro líquido do exercício		-	-	-	21.225	21.225
Constituição de reserva legal		-	1.061	-	(1.061)	-
Dividendos propostos	13.2	-	-	-	(20.164)	(20.164)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	13	87.720	7.794	13.512	-	109.026

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ENERGÉTICA SERRA DA PRATA S.A.DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2020	31/12/2019
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do exercício		21.225	18.733
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciações e amortizações	7, 15	6.150	6.087
Encargos sobre mútuo (líquido)	8, 16	1.003	(4.628)
Juros sobre financiamentos	9.1, 16	5.617	5.298
Juros sobre aplicações financeiras e cauções	16	(425)	(816)
Atualização e provisão líquida Eletrobras	10.1	2.433	3.275
Tributos diferidos	6.1	(136)	840
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Contas a receber de clientes		(788)	1.835
Outros créditos		12	147
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores		987	(32)
Tributos a recolher		93	1.131
Contas a pagar Eletrobras	10.1	(9.138)	(14.276)
Outras contas a pagar		(1.310)	1.108
Partes relacionadas	8	(795)	1.450
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(344)	(1.030)
Pagamentos de juros sobre financiamentos	9.1	(1.223)	(5.282)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>23.361</u>	<u>13.840</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição imobilizado em serviço	7	(3)	(11)
Aplicações financeiras, cauções e depósitos vinculados		(14.396)	3.117
Partes relacionadas	8	1.139	(14.888)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		<u>(13.260)</u>	<u>(11.782)</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Pagamento de passivos de arrendamento	2.5	(1.426)	(1.333)
Pagamento de financiamentos	9.1	(1.945)	(7.547)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		<u>(3.371)</u>	<u>(8.880)</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>6.730</u>	<u>(6.822)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3	85	6.907
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	3	6.815	85
AUMENTO (REDUÇÃO) NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>6.730</u>	<u>(6.822)</u>
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.			

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Energética Serra da Prata S.A. (“Espra” ou “Companhia”), com sede na cidade de Salvador, Estado da Bahia, é uma Sociedade de Propósito Específico que tem como objeto social exclusivo explorar o complexo hidrelétrico Serra da Prata, através da construção e exploração de energia elétrica das PCHs (Pequenas Centrais Hidrelétricas): (i) Cachoeira da Lixa, com capacidade instalada de 14,8MW*; (ii) Colino 2, com capacidade instalada de 16,0MW*; e (iii) Colino 1, com capacidade instalada de 11,0MW*; as quais tiveram suas atividades operacionais iniciadas em maio, julho e setembro de 2008, respectivamente; nos Municípios de Itamaraju, Vereda e Jucuruçu, no estado da Bahia.

A Companhia é controlada pela Enerbrás Centrais Elétricas S.A. (“Enerbrás”), uma empresa do Grupo Renova (Renova Energia S.A. – em recuperação judicial (“Renova Energia”)).

Desde 2004, a energia gerada pelo Complexo Hidrelétrico Serra da Prata foi objeto de contrato de compra e venda de energia elétrica celebrado com a Eletrobras - Centrais Elétricas Brasileiras S.A., no âmbito do PROINFA - Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica. Por meio desses contratos de compra e venda de energia elétrica, a Espra vende toda sua produção de energia elétrica passível de ser contratada a longo prazo por um prazo de 20 (vinte) anos. O período de autorização da Espra é de 30 anos a partir de 24 de dezembro de 2003, podendo ser prorrogado por igual período.

PCH	Valor total do contrato R\$ mil	Montante autorizado a ser vendido MWh	Preço MWh		Prazo		Índice de correção	Mês de reajuste
			Contratual R\$	Atualizado R\$	Inicial	Final		
Cachoeira da Lixa	168.009	65.174	121,35	305,29	mai/08	abr/28	IGP-M	junho
Colino 1	149.297	57.903	121,35	305,29	set/08	ago/28	IGP-M	junho
Colino 2	213.370	41.084	121,35	305,29	jul/08	jun/28	IGP-M	junho

(*) Informações não examinadas pelos auditores independentes.

1.1. Repactuação do risco hidrológico

A Companhia aderiu à repactuação do risco hidrológico em 15 de janeiro de 2016 para as PCHs Colino I e Cachoeira da Lixa e em 20 de dezembro de 2017 para a PCH Colino II, fazendo opção pela transferência integral do risco hidrológico (SP100) ao consumidor. Neste produto, o gerador transfere integralmente o risco hidrológico inerente aos contratos regulados mediante pagamento de prêmio de risco de 12,45 R\$/MWh para Colino I e Cachoeira da Lixa e de 14,68 R\$/MWh para Colino II (data-base de janeiro de 2020 anualmente atualizado pelo IPCA) até o final dos contratos de venda de energia ou ao final da autorização, dos dois o menor.

O montante da exposição ao contrato repactuado referente ao risco hidrológico de 2015 das PCHs Colino I e Cachoeira da Lixa foi reconhecido como despesa paga antecipadamente e foi apropriado ao resultado na rubrica “Repactuação do risco hidrológico” até junho de 2020. Em julho de 2020, a Eletrobras informou à Companhia que o prêmio seria efetivado mediante desconto no primeiro pagamento do faturamento mensal das usinas da Companhia, no próprio mês de sua realização.

No exercício de 2020, foi reconhecido no resultado o montante de R\$2.141 (R\$2.048 em 2019), referente ao prêmio do risco hidrológico repactuado contabilizado como custo de operação (Nota 15).

1.2. Recuperação judicial do Grupo Renova

Em 16 de outubro de 2019 a controladora indireta Renova Energia e determinadas controladas protocolaram pedido de Recuperação Judicial, na Comarca da Capital de São Paulo, com fundamento na Lei nº 11.101/2005 (Processo no. 1103257-54.2019.8.26.0100 perante a 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca da Capital de São Paulo), o qual foi deferido nessa mesma data.

Inicialmente, a controladora indireta Renova Energia apresentou um único plano consolidando todas as empresas recuperandas. No decorrer das negociações esse plano foi desmembrado em dois, sendo um plano referente exclusivamente às Sociedades do Projeto Alto Sertão III – Fase A vinculadas ao financiamento originalmente obtido junto ao BNDES e suas controladas, e um segundo plano contemplando a controladora indireta Renova Energia e as demais Sociedades em recuperação judicial do Grupo Renova com o objetivo de buscar uma estrutura de recuperação que possibilite atender melhor aos interesses de credores e recuperandas.

Em 18 de dezembro de 2020 o Grupo Renova protocolou novos planos de recuperação judicial, os quais foram aprovados em Assembleias Gerais de Credores realizada nessa mesma data.

Os referidos planos foram homologados pelo Juízo da Recuperação judicial em 18 de dezembro de 2020, tendo a decisão sido publicada no Diário da Justiça Eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo em 14 de janeiro de 2021. De acordo com o entendimento da Administração, suportado inclusive pelos seus assessores jurídicos que acompanham o tema, a controladora indireta Renova Energia e suas controladas reconheceram os efeitos contábeis do Plano de Recuperação Judicial no exercício de 2020 considerando a data da aprovação pela Assembleia Geral de Credores e homologação do pelo Juízo.

Para a recuperação da saúde financeira da Renova Energia e das controladas, os planos preveem:

- i) a captação do empréstimo ponte DIP para finalização das obras do Complexo Eólico Alto Sertão III –Fase A. Ação iniciada em 17 de dezembro de 2020 com a formalização da contratação de um empréstimo na modalidade Debtor in Possession (DIP) pela parte relacionada Chipley SP Participações S.A. – em recuperação judicial (“Chipely”) e coobrigações da controladora indireta Renova Energia e da parte relacionada Renova Participações S.A. - em recuperação judicial, por meio de uma Cédula de Crédito Bancário emitida em favor da QI Sociedade de Crédito Ltda., estruturada pela Quadra Gestão de Recursos Ltda (“Quadra Capital”), no valor de R\$ 350.000, cujo recurso foi recebido em 05 de março de 2021 (Nota 21.1);
- ii) alienação de ativos para adequar a estrutura de capital do Grupo Renova. Os planos preveem a alienação de a) 51% das ações representativas do capital social da Brasil PCH detidas pela parte relacionada Chipley (“UPI Brasil PCH”), b) 100% das ações representativas do capital social da parte relacionada SF 120 Participações Societárias S.A. (“UPI Mina de Ouro”), c) 100% ações representativas do capital social da controladora Enerbras (“UPI Enerbras”), que inclui a Companhia, d) UPI AS III Fase B que engloba os projetos de geração de energia atualmente sob a titularidade das empresas que compõem o Alto Sertão III – Fase B (Nota 21.2) e f) outros projetos em desenvolvimento;
- iii) negociação dos passivos para alinhar a capacidade de pagamento das dívidas à geração de recursos; e
- iv) conclusão dos parques do Complexo Eólico Alto Sertão III –Fase A, gerando empregos, energia e assegurando a continuidade do Grupo Renova.

A íntegra do Plano de Recuperação Judicial aprovado, a ata da Assembleia Geral de Credores, bem como todas as informações referentes ao processo de recuperação judicial da Companhia estão disponíveis no website da CVM (www.cvm.gov.br) e de relações com investidores (<http://ri.renovaenergia.com.br>). As informações acima resumidas devem ser lidas em conjunto com o Plano de recuperação judicial propriamente dito.

A Companhia não é parte do processo de recuperação judicial do Grupo Renova.

1.3. COVID-19 – Coronavírus - Impactos para a Companhia

No início da pandemia houve impacto negativo em diversos setores da economia global, e consequentemente, a demanda por energia. Porém no último trimestre de 2020 houve uma retomada da economia e do consumo da energia. Em dezembro 2020, o Brasil registrou um crescimento de 3,3% em relação ao mesmo mês de 2019. Considerando ainda que a Companhia possui contratos PROINFA (no ambiente regulado), não houve nenhum impacto nas suas operações e nem no seu contrato com a Eletrobrás.

Para fins de elaboração das demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a administração da Companhia revisou suas atividades e projeções, de forma a identificar os possíveis impactos do COVID-19 nas suas atividades. Foram analisados temas como: i) variação de indicadores macroeconômicos, e ii) redução ao valor recuperável de ativos não financeiros.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e até a data da emissão dessas demonstrações financeiras não foram observados efeitos relevantes decorrentes do COVID-19 nas operações da Companhia.

De forma geral, a Companhia implementou uma série de medidas de precaução para que seus colaboradores, clientes, fornecedores e demais públicos não se exponham a situações de risco, tais como: criação de protocolos de prevenção, restrição de viagem nacionais e internacionais, utilização de meios de comunicação remota, home office etc.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP") que compreendem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC").

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL").

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela administração em sua gestão das atividades da Companhia.

2.2. Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras, as quais estão expressas em milhares de reais, arredondadas ao milhar mais próximo, exceto quando indicado, foram aprovadas pela Administração em 11 de junho de 2021.

2.3. Base de elaboração, mensuração e resumo das principais políticas contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico como base de valor. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras. O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Companhia é como segue:

2.3.1. Instrumentos financeiros e gestão de riscos (nota explicativa 18)

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais dos instrumentos.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Categoria de instrumentos financeiros

A categoria depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados e é determinada no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros.

Abaixo demonstramos as categorias de instrumentos financeiros aplicáveis à Companhia.

a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

São ativos mantidos para negociação ou designados como tal no momento do reconhecimento inicial. A Companhia gerencia esses ativos e toma decisões de compra e venda com base em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e sua estratégia de investimentos. Esses ativos financeiros são registrados pelo respectivo valor justo, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício. A Companhia possui os seguintes principais ativos financeiros classificados nesta categoria:

- Caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa 3);
- Cauções e depósitos vinculados (nota explicativa 5); e
- Transações com partes relacionadas (nota explicativa 8).

b) Mensurados pelo custo amortizado

A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros, com o fim de receber fluxos de caixa contratuais e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. O principal ativo financeiro que a Companhia possui e mantém classificado nesta categoria é o contas a receber de clientes (nota explicativa 4).

c) Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Os principais passivos financeiros da Companhia compreendem:

- Fornecedores;
- Financiamentos (nota explicativa 9); e
- Contas a pagar Eletrobras (nota explicativa 10).

d) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019.

2.3.2. Ativo imobilizado

2.3.2.1 Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas para redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando necessário.

O custo dos ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessária para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, quando aplicado, e custos e juros de empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros capitalizados durante a fase de construção deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não utilizados, quando aplicável.

2.3.2.2 Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente, a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. Terrenos não são depreciados.

As taxas de depreciação estão de acordo com a Resolução Normativa nº 674/2015 emitida pela ANEEL pelo fato da Administração entender que essas taxas de depreciação refletem a melhor estimativa de vida útil dos ativos e, portanto, são utilizadas pela Companhia para a depreciação dos seus ativos imobilizados.

2.3.3. Redução ao valor recuperável de ativos

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver.

2.3.4. Provisões

Uma provisão é reconhecida quando a Companhia possui uma obrigação contratual, ou não formalizada, como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando algum ou todos os benefícios econômicos requeridos para liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

2.3.5. Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo das contraprestações recebidas ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

A receita proveniente da venda de energia elétrica gerada é reconhecida no resultado quando do seu fornecimento e medição. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de aplicações financeiras e mútuos com partes relacionadas. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos.

2.3.6. Imposto de renda e contribuição social

Conforme facultado pela legislação tributária, a Espra optou pelo regime de tributação com base no lucro presumido para o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente. Neste regime, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10%, para o imposto de renda. A base de cálculo da contribuição social é calculada à razão de 12% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam a alíquota regular de 9%.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ("imposto diferido") é reconhecido sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável.

2.4. Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas nas estimativas

A elaboração das demonstrações financeiras da Companhia exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e utilize premissas que afetem os valores demonstrados de receitas, despesas, ativos e passivos, inclusive na evidenciação dos passivos contingentes no encerramento do exercício, porém, as incertezas quanto à essas premissas e estimativas podem gerar resultados que exijam ajustes substanciais ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos ou exercícios futuros. Os principais julgamentos, estimativas e premissas utilizados para a elaboração dessas demonstrações financeiras estão listados a seguir:

2.4.1. Redução ao valor recuperável de ativos

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor recuperável de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo.

Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável calculado de um ativo (ou unidade geradora de caixa) for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

2.4.2. Provisão para custos socioambientais

A Companhia reconhece em suas demonstrações financeiras provisão para custos socioambientais baseado em estimativas de desembolsos de caixa futuros necessários para cumprir com as exigências regulatórias e ambientais de projetos incorridos. A análise quanto aos valores envolvidos nesta estimativa foi realizada pela equipe interna de especialistas ambientais da Companhia baseado em fontes de informações internas e externas as quais envolvem julgamentos. Os detalhes dessa provisão estão descritos na nota explicativa 12.

2.4.3 Vida útil e valor residual dos bens do imobilizado.

Conforme mencionado na nota 2.3.2.2, a Companhia utiliza as taxas definidas pela ANEEL para depreciação dos itens do ativo imobilizado por julgar que as mesmas refletem a vida útil desses bens. Entretanto, a Companhia revisa anualmente a vida útil e o valor residual estimado dos bens do ativo imobilizado para avaliar sua razoabilidade. Os detalhes das taxas de depreciação estão divulgados na nota 7.

2.5 Adoção de pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações novos e/ou revisados

Novos pronunciamentos em vigor a partir de 1º de janeiro de 2020:

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Administração da Companhia avaliou seus efeitos e a conclusão é de que não há impactos em suas demonstrações contábeis.

Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

IFRS 17 - Contratos de seguro

Em maio de 2017, o IASB emitiu, a IFRS 17 – Contratos de seguro, norma ainda não emitida no Brasil, que tem como objetivo geral fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras e/ou emissoras de seguros, não sendo aplicável à Companhia.

Alterações ao CPC 26/IAS 1 - Classificação do passivo em circulante ou não circulante

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: i) o que significa um direito de postergar a liquidação; ii) que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório; iii) que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação; iv) que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação. A Administração da Companhia não espera impactos significativos decorrentes da aplicação dessas novas normas.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Bancos conta movimento	5.371	85
Aplicações financeiras de liquidez imediata	1.444	-
Aplicações financeiras	<u>15.787</u>	<u>1.277</u>
Total	<u><u>22.602</u></u>	<u><u>1.362</u></u>
Apresentados como:		
Caixa e equivalentes de caixa	6.815	85
Aplicações financeiras	<u>15.787</u>	<u>1.277</u>
Total	<u><u>22.602</u></u>	<u><u>1.362</u></u>

As aplicações financeiras referem-se substancialmente a instrumentos de renda fixa, remunerados a taxas média de 103,05% (2019 – de 56,81%) do CDI – Certificado de depósito interbancário.

4. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Eletrobras Centrais Elétricas Brasileiras S/A	4.395	3.607

Os saldos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 são compostos substancialmente por valores a vencer, com prazo médio de recebimento de 30 dias para os quais não são esperadas perdas na sua realização.

5. CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS

Os saldos apresentados referem-se à aplicação financeira de instrumento de renda fixa, com taxa de 50% do CDI, vinculada ao financiamento do Banco do Nordeste do Brasil (“BNB”), cuja aplicação somente poderá ser movimentada mediante autorização expressa dos credores.

ENERGÉTICA SERRA DA PRATA S.A.

6. TRIBUTOS DIFERIDOS

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
PIS diferido	103	90
COFINS diferida	477	416
IRPJ diferido	318	277
CSLL diferida	171	150
Total	<u>1.069</u>	<u>933</u>

Os tributos diferidos foram constituídos em função das diferenças entre a energia gerada e a efetivamente faturada. Esses tributos diferidos foram calculados utilizando-se as alíquotas com base no lucro presumido.

6.1 Movimentação dos tributos diferidos

	<u>IRPJ/CSLL</u>	<u>PIS/COFINS</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	811	962	1.773
Movimentação líquida	<u>(384)</u>	<u>(456)</u>	<u>(840)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	427	506	933
Movimentação líquida	<u>62</u>	<u>74</u>	<u>136</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>489</u>	<u>580</u>	<u>1.069</u>

7. IMOBILIZADO

	<u>Taxa de depreciação anual</u>	<u>Saldo em 31/12/2018</u>	<u>Adições</u>	<u>Saldo em 31/12/2019</u>	<u>Adições</u>	<u>Saldo em 31/12/2020</u>
Imobilizado em serviço						
Custo						
Geração						
Terrenos		595	-	595	-	595
Reservatórios, barragens e adutoras	2%	95.797	-	95.797	-	95.797
Edificações, obras civis e benfeitorias	3%	46.336	-	46.336	-	46.336
Máquinas e equipamentos	4%	65.012	-	65.012	-	65.012
Móveis e utensílios	10%	142	-	142	-	142
Equipamentos de informática	17%	247	-	247	-	247
Outros	14%	15	-	15	-	15
Administração						
Equipamentos de informática	20%	18	-	18	-	18
		<u>208.162</u>	<u>-</u>	<u>208.162</u>	<u>-</u>	<u>208.162</u>
Estoques						
Almoxarifado geral		3	11	14	3	17
Total		<u>208.165</u>	<u>11</u>	<u>208.176</u>	<u>3</u>	<u>208.179</u>
(-) Depreciação						
Geração						
Reservatórios, barragens e adutoras		(23.410)	(2.234)	(25.644)	(2.234)	(27.878)
Edificações, obras civis e benfeitorias		(13.165)	(1.264)	(14.429)	(1.263)	(15.692)
Máquinas e equipamentos		(21.164)	(2.014)	(23.178)	(2.013)	(25.191)
Móveis e utensílios		(126)	(4)	(130)	(1)	(131)
Equipamentos de informática		(247)	-	(247)	-	(247)
Outros		(13)	(1)	(14)	(1)	(15)
Administração						
Equipamentos de informática		(18)	-	(18)	-	(18)
Total		<u>(58.143)</u>	<u>(5.517)</u>	<u>(63.660)</u>	<u>(5.512)</u>	<u>(69.172)</u>
Total do imobilizado em serviço		<u>150.022</u>	<u>(5.506)</u>	<u>144.516</u>	<u>(5.509)</u>	<u>139.007</u>
Direito de uso						
Geração						
Contratos de arrendamento		-	8.582	8.582	702	9.284
(-) Amortização contratos de arrendamento - custo		-	(570)	(570)	(638)	(1.208)
Total direiro de uso		<u>-</u>	<u>8.012</u>	<u>8.012</u>	<u>64</u>	<u>8.076</u>
Total do imobilizado		<u>150.022</u>	<u>2.506</u>	<u>152.528</u>	<u>(5.445)</u>	<u>147.083</u>

ENERGÉTICA SERRA DA PRATA S.A.

As imobilizações em serviço estão representadas por ativos de geração de energia elétrica das PCHs Cachoeira da Lixa, Colino 1 e Colino 2.

A ANEEL, através do ofício 459/2001- SFF/ANEEL, de 26 de junho de 2001, autorizou a dação dos direitos emergentes, bens e instalações da concessão em garantia ao cumprimento das obrigações assumidas pela Companhia no âmbito do financiamento com o Banco do Nordeste - BNB.

A Companhia procedeu para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 a revisão do valor recuperável do seu ativo imobilizado utilizando como premissa o método do valor em uso dos ativos e a taxa de desconto real (WACC) par trazer a valor presente os fluxos de caixa foi de 7,21%. Como resultado a Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável.

7.1 Direito de uso – Arrendamentos

Em 1º de janeiro de 2020, a Companhia identificou 14 contratos de arrendamento de terras aderentes aos critérios de reconhecimento e mensuração estabelecidos na norma CPC 06 (R2). Para esses contratos, a Companhia reconheceu o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado, conforme segue:

	<u>31/12/2020</u>		<u>31/12/2020</u>
Ativo		Passivo	
Não circulante		Circulante	
Imobilizado		Arrendamentos a pagar	1.474
Direito de uso do ativo arrendado	9.284	(-) Juros a apropriar	<u>(1.209)</u>
(-) Direito de uso - contrato de arrendamento	<u>(1.208)</u>	Total do passivo circulante	265
	8.076	Não circulante	
		Arrendamentos a pagar	17.671
		(-) Juros a apropriar	<u>(9.055)</u>
		Total do passivo não circulante	8.616
Ativo total	<u>8.076</u>	Passivo total	<u>8.881</u>

Para determinação do valor justo de arrendamento, foi aplicada uma taxa de desconto, calculada com base nas taxas incrementais de empréstimos da Companhia que variou entre 14,03% a.a. e 15,66% a.a. aos pagamentos mínimos previstos, considerando-se o prazo de vigência do contrato de arrendamento ou da autorização, o que for menor, conforme o caso.

Adicionalmente, a Companhia reconheceu no resultado do exercício a depreciação/amortização dos ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento:

Custo	
Amortização direito de uso	638
Resultado financeiro	
Juros sobre obrigação de arrendamento	<u>1.205</u>
Total	<u>1.843</u>

ENERGÉTICA SERRA DA PRATA S.A.

Em 31 de dezembro de 2020, o escalonamento dos vencimentos é como segue:

Ano de vencimento	<u>Juros</u>	<u>Principal</u>
2021	1.210	1.475
2022	1.170	1.475
2023	1.126	1.475
2024	1.074	1.474
2025 a 2029	4.302	7.359
2030 a 2033	<u>1.382</u>	<u>5.887</u>
Total	<u>10.264</u>	<u>19.145</u>

8. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

	<u>Ativo</u>		<u>Resultado financeiro</u>	
	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Mútuo ^(a)				
Renova Energia	63.770	65.757	(792)	3.627
Renova Comercializadora	<u>14.866</u>	<u>15.021</u>	<u>(211)</u>	<u>1.001</u>
	<u>78.636</u>	<u>80.778</u>	<u>(1.003)</u>	<u>4.628</u>
	<u>Passivo</u>		<u>Despesa</u>	
	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Rateio de despesa ^(b)				
Renova Energia	258	1.053	(3.271)	(4.863)

a) Mútuo – mútuos realizados com a controladora indireta Renova Energia, e com a parte relacionada Renova Comercializadora de Energia S.A. – em recuperação judicial (“Renova Comercializadora”) com o objetivo de suprir a necessidade de caixa dessas empresas. Esses contratos estão sujeitos a correção pela TR (TJLP, acrescido de juros de 0,25% a.a, até março de 2020).

Considerando a aprovação do Plano de Recuperação Judicial mencionado na Nota 1.2, os saldos devidos pelas partes relacionadas foram revisados e ajustados conforme previsto no referido Plano.

b) Rateio de despesa - refere-se a reembolso de despesas realizadas de forma centralizada pela controladora indireta Renova Energia que são rateadas e reembolsadas pelas controladas, essas despesas referem-se basicamente a gastos com pessoal, aluguel e telefonia.

REMUNERAÇÃO DO PESSOAL CHAVE DA ADMINISTRAÇÃO

A remuneração dos administradores da Companhia está centralizada na Renova Energia, e é rateada entre as controladas do grupo, conforme exposto no item (b) acima.

9. FINANCIAMENTOS

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Circulante	11.929	7.858
Não Circulante	<u>53.677</u>	<u>55.299</u>
Total	<u><u>65.606</u></u>	<u><u>63.157</u></u>

A Companhia, com interveniência da controladora Enerbras, obteve financiamento com o Banco do Nordeste do Brasil ("BNB") em 30 de junho de 2006, no total de R\$120.096. O financiamento possui taxa de juros de 9,5% a.a. (podendo ser reduzido a 8,08% devido a 15% de bônus de adimplência) exigíveis mensalmente no dia 30 de cada mês. O contrato tem vencimento em 30 de junho de 2026.

Nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia cumpriu adequadamente todas as cláusulas e/ou condições dos referidos contratos. O contrato não exige índices financeiros para vencimento antecipado da dívida.

São garantias deste financiamento a hipoteca de imóveis do Complexo Serra da Prata, no valor de R\$138.990, o penhor dos direitos emergentes das Resoluções Autorizativas, o direito de receber todos e quaisquer valores que, efetiva ou potencialmente, estejam ou venham a se tornar exigíveis e pendentes de pagamento pelo poder concedente à Companhia, no valor de R\$374.625 (que representa os recebíveis calculados até o final do contrato) todos os demais direitos, corpóreos ou incorpóreos das respectivas resoluções autorizativas e fundo de liquidez em conta reserva no valor de R\$11.813, em 31 de dezembro de 2020 (nota explicativa 5).

Em 28 de abril de 2020, a Companhia repactuou o contrato de financiamento com o BNB, segundo Resolução 4.798, de 6 de abril de 2020, do Conselho Monetário do Brasil, suspendendo as parcelas com vencimento de abril a dezembro de 2020 e redistribuindo-as entre as demais parcelas de principal, mantendo-se o prazo final do contrato original. Durante esse período, os encargos serão capitalizados, voltando a ser exigidos juntamente com as novas parcelas de principal.

9.1 Movimentação:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Saldo Inicial	63.157	70.688
Encargos financeiros provisionados	5.617	5.298
Encargos financeiros pagos	(1.223)	(5.282)
Amortização de financiamento	(1.945)	(7.547)
Saldo final	<u><u>65.606</u></u>	<u><u>63.157</u></u>

Os montantes classificados no passivo não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

<u>Ano de vencimento</u>	<u>Valor</u>
2022	11.928
2023	11.928
2024	11.928
2025	11.928
2026	<u>5.965</u>
Total	<u><u>53.677</u></u>

10. CONTAS A PAGAR ELETROBRAS

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Eletrobras		
Circulante	3.640	10.064
Não Circulante	<u>12.432</u>	<u>12.713</u>
Total	<u><u>16.072</u></u>	<u><u>22.777</u></u>

O contrato de Compra e Venda de Energia, celebrado entre a Companhia e Eletrobras, estabelece que seja apurada em cada ano (período de janeiro a dezembro) o resultado da comercialização no âmbito da Eletrobras. A parcela de ajuste financeiro resultante dessa apuração será compensada nas faturas mensais do ano subsequente.

10.1 Movimentação

	<u>31/12/2018</u>	<u>Provisão</u>	<u>Amortização</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>Provisão</u>	<u>Amortização</u>	<u>31/12/2020</u>
ELETROBRAS	33.778	3.275	(14.276)	22.777	2.433	(9.138)	16.072

11. OUTRAS CONTAS A PAGAR

Em junho de 2019, a Receita Federal do Brasil lavrou auto de infração contra a Companhia, tendo como objeto contratos firmados para a prestação de serviços que supostamente não tiveram a sua devida contraprestação do serviço, havendo assim a necessidade de recolhimento de imposto de renda retido na fonte, com valor corrigido e acrescido de multa e juros estimado em aproximadamente R\$1.418. A Companhia decidiu pelo pagamento mediante o parcelamento dos valores autuados junto à Receita Federal para mitigar os riscos tributários decorrentes do citado Auto de Infração.

Ainda, em 10 de dezembro de 2019, a Companhia assinou com a Renova Energia instrumento particular de assunção de dívida assumindo integral e incondicionalmente a obrigação de pagamento da dívida da acionista com terceiro, no montante de R\$1.253, em seis parcelas iguais e sucessivas, sendo a primeira paga em dezembro de 2019. Essa dívida foi quitada em maio de 2020.

11.1 Movimentação:

Saldo em				Saldo em			Saldo em
<u>31/12/2018</u>	<u>Provisão</u>	<u>Atualização</u>	<u>Amortização</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>Atualização</u>	<u>Amortização</u>	<u>31/12/2020</u>
-	2.671	41	(351)	2.361	18	(1.328)	1.051

Apresentados como:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Circulante	300	1.337
Não circulante	<u>751</u>	<u>1.024</u>
Total	<u><u>1.051</u></u>	<u><u>2.361</u></u>

12. PROVISÃO PARA CUSTOS SOCIOAMBIENTAIS

A Companhia mantém registrado em suas demonstrações financeiras provisão para compensação ambiental baseado na norma vigente e em estimativas de desembolsos de caixa futuros necessários para cumprir com essa exigência perante os órgãos reguladores.

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

13.1 Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 é de R\$87.720 e está representado por 87.810.191, sendo 85.171.811 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal e 2.638.380 ações preferenciais nominativas e sem valor nominal, detidas integralmente pela Enerbras Centrais Elétricas S.A. que por sua vez é uma controlada integral da Renova Energia S.A. – em recuperação judicial.

Ações dadas em garantia

Em 03 de maio de 2019, a controladora indireta Renova Energia renegociou dívida com o Banco BTG Pactual S.A., e apresentou como garantia penhor em 2º grau da totalidade das ações de emissão da Companhia, penhor em 2º grau dos direitos emergentes das PCHs do Complexo Hidroelétrico Serra da Prata e hipoteca em 2º grau dos imóveis do Complexo Hidroelétrico Serra da Prata.

Até a presente data, a Administração da Companhia não foi comunicada sobre qualquer alteração na posse e/ou propriedade das ações representativas do seu capital social, não tendo alterado o tratamento dado até então a essas garantias.

13.2 Destinação do lucro

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, o resultado do exercício será destinado da seguinte forma:

a) 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da Reserva Legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social; e

b) O restante será destinado ao pagamento do dividendo obrigatório aos acionistas conforme abaixo especificado.

Os acionistas terão o direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, 100% (cem por cento) do lucro líquido do exercício diminuído dos valores destinados à constituição da Reserva Legal. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Administração está propondo ad referendum a Assembleia Geral de Acionistas dividendos mínimos obrigatórios no montante de R\$20.164, conforme apresentado a seguir:

	<u>31/12/2018</u>	<u>Dividendos Propostos</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>Dividendos Propostos</u>	<u>31/12/2020</u>
Dividendos a pagar	25.350	17.796	43.146	20.164	63.310

14. RECEITA LÍQUIDA

Geração	<u>31/12/2020</u>		<u>31/12/2019</u>	
	<u>MWh*</u>	<u>Valor</u>	<u>MWh*</u>	<u>Valor</u>
Suprimento de energia elétrica	150.229	48.549	131.083	44.434
(-) Impostos sobre receita (PIS/COFINS)		(1.421)		(1.622)
Total		<u>47.128</u>		<u>42.812</u>

(*) Informações não examinadas pelos auditores independentes.

15. CUSTOS E DESPESAS (RECEITAS)

	31/12/2020			31/12/2019		
	Custo dos serviços	Despesas	Total	Custo dos serviços	Despesas	Total
Tusd - tarifa de uso do sistema de distribuição	(761)	-	(761)	(659)	-	(659)
Taxa de fiscalização	(128)	-	(128)	(126)	-	(126)
	<u>(889)</u>	<u>-</u>	<u>(889)</u>	<u>(785)</u>	<u>-</u>	<u>(785)</u>
Serviços de terceiros	(3.610)	(300)	(3.910)	(3.442)	(76)	(3.518)
Depreciação e amortização (nota 7)	(6.150)	-	(6.150)	(6.087)	-	(6.087)
Repactuação do risco hidrológico (nota 1.1)	(2.141)	-	(2.141)	(2.048)	-	(2.048)
Material de uso e consumo	(354)	(27)	(381)	(1.047)	(30)	(1.077)
Seguros	(205)	-	(205)	(210)	-	(210)
Pessoal e administradores	-	(2.733)	(2.733)	-	(4.263)	(4.263)
Penalidade Fiscal (nota 11)	-	-	-	-	(1.418)	(1.418)
Telefonia e TI	-	(471)	(471)	-	(459)	(459)
Viagens	-	(33)	(33)	-	(116)	(116)
Impostos e taxas	-	(217)	(217)	-	(46)	(46)
Outras	-	(5)	(5)	-	(118)	(118)
	<u>(12.460)</u>	<u>(3.786)</u>	<u>(16.246)</u>	<u>(12.834)</u>	<u>(6.526)</u>	<u>(19.360)</u>
Total	<u>(13.349)</u>	<u>(3.786)</u>	<u>(17.135)</u>	<u>(13.619)</u>	<u>(6.526)</u>	<u>(20.145)</u>

16. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2020	31/12/2019
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	425	816
Juros - mútuo (nota 8)	(1.003)	4.628
Outras receitas financeiras	3	-
Total das receitas financeiras	<u>(575)</u>	<u>5.444</u>
Despesas financeiras		
Encargos da dívida (nota 9)	(5.617)	(5.298)
IOF	(2)	(10)
Juros sobre obrigação de arrendamento	(1.205)	(1.152)
Outras	(44)	(68)
Total das despesas financeiras	<u>(6.868)</u>	<u>(6.528)</u>
Total do resultado financeiro	<u>(7.443)</u>	<u>(1.084)</u>

17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	Imposto de renda		Contribuição social	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Receita Bruta	48.549	44.434	48.549	44.434
Alíquota lucro presumido	<u>8%</u>	<u>8%</u>	<u>12%</u>	<u>12%</u>
Base de cálculo presumido	3.884	3.555	5.826	5.332
Outras receitas	<u>442</u>	<u>4.427</u>	<u>442</u>	<u>4.427</u>
Base de cálculo	4.326	7.982	6.268	9.759
Alíquota efetiva	<u>25%</u>	<u>25%</u>	<u>9%</u>	<u>9%</u>
IRPJ e CSLL	(1.082)	(1.996)	(564)	(878)
Desconto excedente a R\$ 240 ano	24	24	-	-
Ajuste IRPJ e CSLL diferidos	<u>193</u>	<u>-</u>	<u>104</u>	<u>-</u>
IRPJ e CSLL no resultado	<u>(865)</u>	<u>(1.972)</u>	<u>(460)</u>	<u>(878)</u>

18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de práticas definidas pela Administração e inclui o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado e previsão de fluxo de caixa futuros. Essas práticas determinam também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a informação e operacionalização das transações com as contrapartes sejam feitas.

a) Valor justo dos instrumentos financeiros

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável.

O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas em nosso balanço pelo seu valor contábil que equivale ao seu valor justo.

	Valor justo		Valor Contábil	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	5.371	85	5.371	85
Aplicações financeiras	17.231	1.277	17.231	1.277
Contas a receber de clientes	4.395	3.607	4.395	3.607
Não circulante				
Cauções e depósitos vinculados	11.813	11.502	11.813	11.502
Partes relacionadas	78.636	80.778	78.636	80.778
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	332	550	332	550
Financiamentos	15.537	7.858	15.537	7.858
Não circulante				
Financiamentos	50.069	55.299	50.069	55.299

b) Categorias de instrumentos financeiros

	31/12/2020		31/12/2019	
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	5.371	-	85	-
Aplicações financeiras	17.231	-	1.277	-
Contas a receber de clientes	-	4.395	-	3.607
Não circulante				
Cauções e depósitos vinculados	-	11.813	-	11.502
Partes relacionadas	-	78.636	-	80.778
Passivos Financeiros				
Circulante				
Fornecedores	-	332	-	550
Financiamentos	-	15.537	-	7.858
Não circulante				
Financiamentos	-	50.069	-	55.299

c) Risco de Mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impactos a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros.

O financiamento captado pela Espra possui como contraparte o BNB. As regras contratuais para os passivos financeiros criam riscos atrelados a essas exposições. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia não possuía risco de mercado, uma vez que a taxa do financiamento captado é pré-fixada.

d) Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. A Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional.

O fluxo de realização das obrigações assumidas em suas condições contratuais é apresentado conforme quadro abaixo:

Instrumentos a taxa de juros pré-fixada	De 1 mês a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 ano a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Financiamentos	2.982	8.946	47.713	5.965	65.606

e) Risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. As contas a receber de clientes são formadas por um único cliente - ELETROBRAS via contrato de compra de energia pelo prazo de 20 anos. Este fato reduz o risco de perda financeira por motivo de inadimplência. Assim, não há exposição significativa da Companhia a riscos de crédito ou perdas por redução no valor recuperável relacionadas às contas a receber de clientes, conforme apresentado na nota explicativa nº 4.

ENERGÉTICA SERRA DA PRATA S.A.

f) Operações com instrumentos financeiros derivativos

Não houve operações de instrumentos financeiros derivativos nos exercícios apresentados.

g) Gestão de capital

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Dívida de financiamentos	65.606	63.157
(-) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	(22.602)	(1.362)
Dívida líquida	43.004	61.795
Patrimônio líquido	109.026	107.965
Índice de alavancagem financeira - %	39%	57%

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

h) Risco da escassez hidrológica

O suprimento de energia do Sistema Interligado Nacional (SIN) é realizado, na sua maior parte, por usinas hidrelétricas. Como o SIN opera em sistema de despacho otimizado e centralizado pelo ONS, cada usina hidrelétrica, incluindo as da Companhia, estão sujeitas a variações nas condições hidrológicas verificadas, tanto na região geográfica em que opera como em outras regiões do País.

A ocorrência de condições hidrológicas desfavoráveis, em conjunto com a obrigação de entrega da energia contratada, poderá resultar em uma exposição dos respectivos CCVE-PROINFA das usinas da Companhia, o que afetaria seus resultados financeiros futuros. Entretanto, a totalidade da capacidade de geração hidrelétrica da Companhia está inserida no Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), que mitiga parte do risco hidrológico, alocando-o entre todas as usinas vinculadas ao MRE. Conforme mencionado na nota 1 as três PCHs da Companhia optaram pela repactuação do risco hidrológico tendo como contrapartida o pagamento de prêmio, mitigando assim suas eventuais exposições contratuais.

19. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Companhia realizou as seguintes operações não envolvendo caixa, portanto, essas não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

	Nota <u>explicativa</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Direito de uso - Arrendamento	7	702	8.582
Partes relacionadas (encontro de contas)	8	-	1.538
Partes relacionadas (passivo)	8	-	1.253
Dividendos propostos	13	20.164	17.796

20. COBERTURA DE SEGUROS

O quadro a seguir apresenta os principais valores em risco de operação com coberturas de seguros contratados pela Companhia.

<u>Objeto de garantia</u>	<u>Importância segurada</u>	<u>Vigência</u> <u>Início</u>	<u>Fim</u>
Riscos operacionais	R\$ 72.168	25/10/2016	25/10/2021
Responsabilidade civil	R\$ 30.000	25/10/2016	25/10/2021

21. EVENTOS SUBSEQUENTES

22.1 Recebimento do DIP

Conforme Fato Relevante divulgado pela controladora indireta Renova Energia, em 05 de março de 2021, o Grupo Renova recebeu o montante de R\$ 362.465 proveniente do empréstimo DIP (Nota 1.3). O recebimento desse recurso permitirá a retomada das obras para conclusão da implantação e entrada em operação comercial do Complexo Eólico Alto Sertão III Fase A.

22.2 Leilão UPI Fase B

Conforme Fato Relevante, em 05 de abril de 2021 a controladora indireta Renova Energia concluiu a venda da UPI Fase B, nos termos previstos no Edital da referida UPI e no Plano de Recuperação Judicial do Grupo Renova, sujeita a implementação das condições suspensivas usuais de mercado. A operação transferiu à sociedade Ventos Altos Energias Renováveis Ltda., subsidiária do PSS Principal Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, os ativos e direitos do Complexo Eólico Alto Sertão III - Fase B pelo valor de R\$ 50.730, após ajustes pré-fechamentos que reduziu a capacidade instalada dos ativos transferidos de 408MW para 355,2MW, em decorrência da não transferência de determinados direitos. As partes continuarão, durante os próximos 150 dias, a perseguir a transferência dos direitos remanescentes que podem incrementar a capacidade instalada dos ativos e consequentemente maximizar o valor da operação.

22.3 Pagamento de credores

Em 14 de abril de 2021, a controladora indireta Renova Energia e determinadas controladas que integram o plano de recuperação judicial realizaram os pagamentos iniciais aos credores das Classes III e IV, de acordo com seus Planos de Recuperação Judicial aprovados no dia 18 de dezembro de 2020.

22.4 Aumento de capital

Em 06 de maio de 2021, o Conselho de Administração aprovou a homologação parcial do aumento de capital social da controladora indireta Renova Energia, por subscrição privada de ações, dentro do limite do capital autorizado, aprovado pelo Conselho de Administração em reunião de 01 de março de 2021, no valor de R\$334.397, representado por 58.422.742 novas ações nominativas e sem valor nominal, sendo 19.502.468 ações ordinárias e 38.920.274 ações preferenciais.

ENERGÉTICA SERRA DA PRATA S.A.

Todos os créditos dos credores que se manifestaram durante a "1ª Janela do Pedido de Conversão" foram capitalizados no aumento de capital, conforme solicitado pelos credores. Em razão da capitalização desses créditos, a dívida concursal do Grupo Renova foi reduzida em 12,6%, dando prosseguimento à consecução dos meios da recuperação judicial do Grupo Renova.

* * *

Marcelo José Milliet
Diretor

Gustavo Henrique Simões dos Santos
Diretor

Gina Abreu Batista dos Santos
Contadora CRC 027321-O-BA
